

TECNOLOGIA E GESTÃO

*Roberto Rodrigues

Novos governadores de estados assumem mandatos em primeiro de janeiro (além de alguns reeleitos) juntamente com Jair Bolsonaro na Presidência da República. Tem sido recorrente a manifestação dos eleitos quanto ao seu reconhecimento da importância do agronegócio para a economia brasileira, seja na participação do setor no PIB, seja na geração de empregos, seja no saldo da balança comercial externa. E seus discursos são sempre de apoio ao segmento, com a formulação - ainda um tanto nebulosa - de planos ou pelo menos ideias nessa direção.

Alguns temas estão colocados por quase todos, e são mesmo relevantes: é o que acontece com a tristemente recorrente questão da logística, com o problema histórico da garantia da estabilidade da renda como mecanismo de preservação da atividade produtiva ou uma política comercial que estabeleça acordos bilaterais com grandes países consumidores de alimentos. Em paralelo são apontados a necessidade de uma firme atuação oficial na defesa sanitária, cuja debilidade tem prejudicado o acesso a mercados de países desenvolvidos e, naturalmente, avulta em todos os "discursos" a estrela cintilante da sustentabilidade da produção, considerados seus três caminhos, o econômico, o social e o ambiental, e geralmente com maior ênfase para esse último. Tudo muito correto e procedente, sem dúvida. Mas não aparecem com a necessária importância dois assuntos que representam as colunas dorsais da atividade rural propriamente dita: tecnologia e gestão.

Embora tecnologia já seja "transitado em julgado" para qualquer produtor brasileiro, isto é, todo mundo sabe que sem tecnologia não há produtividade e sem isso não há sobrevivência econômica, não existem planos concretos, por parte dos eleitos, de como implementar a inovação tecnológica no campo, alavanca central da competitividade. Na verdade, no nível dos estados, o que aconteceu no passado bem recente é o contrário disso. Exemplo lamentável é o que vivem as veteranas instituições de pesquisa no estado de São Paulo, como o célebre Instituto Agrônomo de Campinas, o centenário Instituto Biológico, o Instituto de Zootecnia, o Florestal, o de Pesca, o ITAL e o próprio Instituto de Economia Agrícola, antes florão do pensamento estratégico do agro estadual. Todos vivendo na maior penúria, sem recursos para realizar sua histórica missão de gerar tecnologias sustentáveis garantidores do sucesso rural. Com salários baixos, incompatíveis com a dignidade e a qualificação dos cientistas e funcionários administrativos, sem recomposição de quadros que vão encolhendo com a aposentadoria ou a desistência de grandes técnicos, e sem horizontes visíveis de mudanças reais, prédios vão se deteriorando, cérebros brilhantes vão embora e um certo desânimo marca a vida contemporânea de homens e mulheres que muitas vezes "sustentam" suas atividades com sacrifício financeiro pessoal, usando seus próprios recursos para não deixar morrer a ciência alicerçada em décadas de trabalho dedicado. No âmbito federal a famosa Embrapa, tão responsável quanto os institutos paulistas citados pela modernização do agro brasileiro - e na verdade mais que eles nos últimos anos porque teve melhor tratamento oficial - também demanda uma ampla revisão de seu projeto de trabalho, muito em função das mudanças que o agro vem vivendo num mundo em permanente disputa comercial, mostradas pelo recente Censo Agropecuário realizado pelo IBGE.

É verdadeiramente fundamental estabelecer uma séria e consistente política tecnológica para o país, com um Sistema Integrado DE FATO entre os organismos de ciência e tecnologia federais e estaduais, aí incluídas as Universidades e até mesmo as empresas privadas de geração e difusão de tecnologia. É preciso mais que reconhecer a importância da ciência, e sim dar aos seus criadores as condições financeiras e estruturais

básicas para que o avanço ocorra. Não é difícil: o diagnóstico e as propostas concretas estão prontos no Plano de Estado organizado pelo setor agroindustrial brasileiro e entregue aos candidatos. Basta a boa vontade política, para além do discurso, para colocar mãos à obra.

A mesma convicção de que a tecnologia é indispensável para avançar, não acontece, infelizmente, com a outra vertente elementar para o sucesso dos produtores rurais, a gestão, embora também nesse quesito sejam observados progressos não generalizados. A própria gestão da tecnologia, com a evolução dos sistemas integrados de produção no campo, é necessidade básica. Mas a ela se somam outros pontos, como gestão de custos, gestão de recursos humanos, gestão ambiental, gestão financeira, gestão tributária, gestão de riscos, além de conhecimento sobre legislação, sobre mercados, e um sem número de pontos menores, mas cujo conjunto faz a excelência da gestão. Aspectos como cooperativismo e associativismo nas relações com a sociedade precisam ser desenvolvidos. Os problemas das perdas e desperdícios são inerentes à gestão, assim como a ação na área sanitária. São tantos temas, todos de interesse eminentemente privado, que deveriam se tornar regras obrigatórias nas organizações públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural, igualmente esquecidas por governantes de todos os níveis.

Em resumo, para que políticas públicas de apoio ao Agronegócio funcionem, é absolutamente prioritário estabelecer uma estratégia nacional articulada com governos estaduais e com a iniciativa privada de inovação tecnológica e gestão, com respeito aos cientistas e extensionistas. Caso contrário, não vai adiantar muito a excelente iniciativa de fazer acordos comerciais bilaterais.

*** Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos toda 3ª terça-feira do mês**